



LÓCUS DE INTERLOCUÇÃO DE INTELLECTUAIS CRÍTICOS

Ana Keli Moletta - UEPG

Névio de Campos - UEPG

Agência financiadora: CAPES

Resumo:

Esta pesquisa objetiva analisar as ações do Grupo de Trabalho Educação de Crianças de 0 a 6 anos (GT7) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) sobre a controversa elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), no ano de 1998. Tomamos como hipótese para essa análise o conceito de intelectual crítico de Foucault e coletivo de Bourdieu, pois as intervenções da ANPED e em especial do GT7 explicitam a noção de função crítica do intelectual. A opção por aproximar os dois autores é que suas discussões convergem sobre a necessidade viva do intelectual crítico em nossa sociedade.

Palavras-chave: Intelectuais. História intelectual. Políticas educacionais. Educação Infantil.

Esta pesquisa objetiva analisar as ações do Grupo de Trabalho Educação de Crianças de 0 a 6 anos (GT7) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) sobre a controversa elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Tal análise apoia-se nas contribuições de Michel Foucault sobre o conceito de intelectual crítico e Pierre Bourdieu sobre o conceito de intelectual coletivo.

Iniciamos essa incursão no ano de 1965, com o Parecer nº 977, conhecido como Parecer Sucupira.¹ Esse Parecer representou o marco legal e inaugural da pós-graduação *stricto sensu* em nosso país. Para o ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda,

[...] considerando a necessidade de implantar e desenvolver o regime de cursos-pós-graduação em nosso ensino superior e tendo em vista a imprecisão, que reina entre nós, sobre a natureza desses cursos, solicita ao Conselho pronunciamento sobre a matéria que defina e, se for o caso, regulamente os cursos de pós-graduação a que se refere à letra b do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1965).

¹ Parecer Sucupira por alusão ao seu relator, o professor emérito da UFRJ Newton Sucupira.

O art. 69 da LDB nº 4.024/61 fazia alusão aos cursos de graduação e pós-graduação. A letra b do art. 69 referia-se às matrículas dos candidatos à vaga de pós-graduação. Colocava a Lei que os cursos de pós-graduação “[...] seriam abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma” (BRASIL, 1961).

O parecer nº 977 foi assinado por A. Almeida Júnior (Presidente da Comissão de Educação Superior), Newton Sucupira (relator), Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valnir Chagas e Rubens Maciel. Para Cury (2005, p. 10), “[...] nomes altamente significativos da CES, todos bons conhecedores da educação nacional”.² Ainda de acordo com Cury (2005), o desejo pela pós-graduação em nosso país era um horizonte comum de muitos intelectuais desde 1950. A partir desse marco legal,

[...] iniciou-se um longo processo de instalação e regulamentação de cursos e programas – processo contraditório, de avanços e recuos, de aprendizagens para a construção de uma cultura acadêmica que possibilitou que chegássemos à situação na qual nos encontramos hoje (RAMALHO, 2006, p. 183).

Foi nesse contexto que surgiram as associações de programas de pós-graduação em nosso país. Na área de Humanas, a primeira associação a surgir foi a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), em 1973; seguida pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), em 1976; a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1977 e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), em 1978. Há que esclarecer que, nesse momento, a ANPED ainda não tinha incorporado a pesquisa em seu nome. Essa incorporação ocorreu em 1981, quando ela passou a denominar-se Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

No ano da criação da ANPED (1978), o *stricto sensu* no Brasil contava com “[...] 29 programas de pós-graduação, dos quais 25 de mestrado e quatro de doutorado (BRANDÃO, 1986 apud FERRARO, 2005, p. 26-27).

Maria Julieta Costa Calazans,³ em entrevista a Lucídio Bianchetti e Osmar Fávero (2005, p. 155), explana sobre o surgimento da ANPED,

Em meados dos anos de 1970 haviam sido criadas a ANPEC, da Economia, e a ANPAD, da Administração. Alguns colegas dessas outras áreas começaram a me

² Câmara de Educação Superior - CES

³ Maria Julieta Costa Calazans ocupou o cargo de secretária geral da ANPED entre os anos de 1978-1981, também esteve à frente da diretoria da ANPED entre nos anos de 1981-1983.

questionar: com toda a expansão dos mestrados em educação, a área ainda não tinha sua associação de pós-graduação. Analisei toda a papelada das associações já criadas. Percebi que era uma coisa simples, não era nada complicado fundar uma associação. Não pensei em divergências políticas, nem que alguém poderia não concordar. Comecei a contatar as pessoas próximas, consultar os que poderiam ter interesse, e saí atrás de financiamento, porque era necessário algum dinheiro para fazer uma reunião. [...] ainda me lembro bem das falas do Arroyo e do Cury, ambos da UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais] – os dois foram fundamentais nesse trabalho.

Ainda com Calazans (1995 apud FERRARO, 2005, p. 47) “[...] é bom recordar – diz ela a propósito da origem da ANPEd – que as associações nacionais de pós-graduação (de todas as áreas) não são instrumentos das políticas do Estado, mas nasceram sob o patrocínio destas”. Sobre o assunto, Henriques (1990, p. 40) observa:

Na década de 70, época da gestação e criação da ANPEd, tinha-se, por um lado, o Estado brasileiro que, através de seus aparatos, punha em prática uma legislação sobre a pós-graduação que, articulada a fundamentos científico-tecnológicos de pesquisa, deveria contribuir para o processo de desenvolvimento do país; por outros, pesquisadores e/ou professores da área educacional ligados às universidades e às instituições de pesquisa, organizados e voltados para a produção de conhecimento tentando definir um espaço próprio de atuação.

A proposta inicial da Capes para uma associação de pós-graduação surgiu em 1976, no contexto do Plano Nacional de Pós-Graduação em Educação (PNPG/EDU). Entre as linhas operacionais do PNPG/EDU, duas referiam-se à ANPEd. José Carmelo Braz de Carvalho (2001, p. 135), no artigo “Origens da ANPEd: de instituída a instituinte”, esclarece sobre essas duas linhas:

[...] manter entre os diferentes cursos uma relação de reciprocidade que facilite uma interfertilização e uma coparticipação responsável; reconhecer a importância de princípios auto-reguladores e auto-modificadores [sic] e seu poder para uma progressão integradora dos desempenhos dos cursos.

Em linhas gerais, reconhecia-se a importância de uma associação nacional para a integração dos diferentes programas de pós-graduação. A solução encontrada foi modelar-se a ANPEd, que por já ter adquirido prestígio era uma proposta interessante a ser seguida.

A primeira reunião para institucionalização através da coordenação do seu programa de pós-graduação da área de educação, a CAPES convocou os coordenadores de cursos então integrados ao PPG/EDU para uma reunião na PUC-Rio, nos dias 19 e 20 de agosto de 1976 [...] A essa reunião compareceram coordenadores do mestrado da UFC, UFPE, UFRJ, UFMG, UFF, UFSCar, UFBA, UnB, UFRS, PUC/SP, PUC-Rio e FGV/IESAE. Participaram também o então diretor da CAPES, professor Darcy Closs, a assessora da CAPES e coordenadora do PPG/EDU, Marilú F. Medeiros, o assessor da CAPES, Edward Kapinus e alguns professores convidados (CARVALHO, 2001, p. 135).

Como resultado dessa reunião, foi criado um grupo de trabalho constituído por “[...] coordenadores da PG/EDU do Grande Rio: Lyra Paixão (UFRJ), Célia Frazão Soares Linhares (UFF), Sérgio Fernandes (FGV/IESAE) e José Carmelo Carvalho (PUC-Rio)” (CARVALHO, 2001, p. 136). O objetivo desse grupo era elaborar uma minuta para os estatutos da futura Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Educação. No entanto, segundo Carvalho (2001, p. 136) “[...] não se observou entre os representantes institucionais da PG/EDU uma postura nítida em relação à proposta de criação da ANPEd moldada sob o modelo ANPEC”. A segunda reunião para criação da ANPED aconteceu entre os dias 14 a 16 de março de 1978. Participaram dessa reunião:

[...] 34 representantes dos diversos programas então em funcionamento, a saber: dois representantes da UnB, UNICAMP, PUC/SP, UFSP, UFRS, UFPB, UFMG; um representante da UFC, UFPE, UFSC, UFPR, UFBA, PUC/RS; da área do Rio de Janeiro dois representantes da UFF, três da UFRJ e da PUC-Rio, mais 6 representantes do FGV/IESAE, em cuja sede estava sendo realizado o encontro nacional (CARVALHO, 2001, p. 137).

O grupo de sócios fundadores da ANPED reuniu-se em Curitiba em maio de 1978, durante o *Seminário sobre a Produção Científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação: linhas de pesquisa, teses e integração docente*, promovido pela Capes.

Na aprovação da ata de constituição da ANPEd, foi colocado em discussão o texto do estatuto. Os participantes destacaram e propuseram modificações nos artigos ou parágrafos cuja redação tivesse escapado aos termos firmados na reunião de março. Procede-se, dessa forma, à retificação de alguns pontos e à ratificação dos demais, chegando-se então, à versão final do estatuto (CARVALHO, 2001, p. 138).

Os objetivos gerais da ANPED foram definidos na ata dessa reunião. No artigo 1º dessa ata, ficou acordado que a ANPED “[...] se constitui como uma sociedade civil sem fins lucrativos, que congrega instituições e profissionais no campo da educação, a nível de pós-graduação, com a finalidade de promover o desenvolvimento do ensino e da pesquisa” (HENRIQUES, 1998, p. 83). No decorrer dos anos, o estatuto da ANPED sofreu modificações, tal como exemplificado por Henriques (1998, p. 83): “[...] 1978, 1981, 1988, 1997” e “[...] a edição do Plano Global 1994-1995”.

Sobre os grupos de trabalho, há que esclarecer que, eles foram criados na Assembleia Geral da Associação, realizada em Belo Horizonte, em março de 1981. Antes dessa assembleia, os encontros tinham como foco temas gerais, vinculados especialmente aos

Programas de Pós-Graduação. Para Calazans (1995, p. 54 apud ROCHA, 1999, p. 86), os GTs foram pensados como:

[...] um espaço onde as questões teórico-metodológicas e os resultados das pesquisas fossem discutidos. Não podia ser um espaço aberto coletivamente, pois isto exigiria uma reunião longa, o que seria impraticável. Era importante ter um espaço para discussão de pesquisas semelhantes, o que possibilitaria um avanço nas áreas de conhecimento.

Os primeiros GTs a serem criados foram: Educação do 1º grau; Educação do 2º Grau; Educação Superior; Educação Popular; Educação Rural; Educação e Linguagem e Educação Pré-Escolar. A inclusão da Educação Infantil como GT data o ano de 1981. Em relação ao grupo de trabalho “Educação Infantil”, Rocha (2008) esclarece que a inclusão do GT é a expressão do intenso movimento de discussões sobre as políticas sociais e educacionais que marcou a década de 1980. Inicialmente o GT teve como denominação *Educação Pré-escolar*, a qual sofreu alteração no ano de 1988, para *Educação de Crianças de 0 a 6 anos*. A alteração no nome do GT ocorreu devido aos sócios integrantes da ANPED considerarem a nova nomenclatura “mais abrangente e mais adequada aos direitos constitucionais que acabavam de ser conquistados” (ROCHA, 1999, p. 86).

A respeito da fundação do GT Educação Pré-escolar, Rocha (2008, p. 53) destaca:

Fundado como GT de Educação Pré-escolar, o grupo reuniu pesquisadores e profissionais ligados à formação e aos sistemas de ensino na rede pública, com a intenção de constituir um fórum de **discussões e debates dos problemas e políticas da área**. Durante os primeiros anos de sua consolidação, entre as discussões que buscavam um reconhecimento da situação da educação infantil nacional, o GT organizou **debates** internos e reuniões de trabalho tendo em vista a definição de posicionamentos da ANPED frente às novas deliberações legais que pautaram todo o cenário político desde o fim dos anos oitenta, em especial até a promulgação da LDB (grifo nosso).

Parafraseando Rocha (2008), o GT Educação Pré-escolar em seus primeiros anos buscou acompanhar o que vinha sendo a ideia geral dos demais grupos de trabalho (GTs) da ANPED. Ao longo dos anos, o GT7 seguiu com os debates, sempre mantendo “[...] **uma vigilância crítica**” (ROCHA, 2008, p.57, grifo nosso).

Abaixo trazemos um quadro com os coordenadores e vice-coordenadores do GT7 desde o surgimento até os dias atuais.

(continua)

COORDENADORES DO GT7		
Ano	Coordenadores	Vice-coordenadores

Da criação /1986	Maria Malta Campos	
1987/1988	Ana Lucia Goulart de Faria	
1989	Ana Lucia Goulart de Faria	Elvira Souza Lima
1990	Sonia Kramer	Regina de Assis e Solange Jobim e Souza
1991	Tizuko Morchida Kishimoto	Lenira Haddad

QUADRO 1 – Informações sobre os coordenadores e vice-coordenadores do GT7.

Fonte: Ligia Leão de Aquino

(conclusão)

COORDENADORES DO GT7		
Ano	Coordenadores	Vice-coordenadores
1992	Zilma de Moraes Ramos de Oliveira	Marlene Gonçalves
1993/1995	Zilma de Moraes Ramos de Oliveira	
1996/1997	Angela Maria Monjardim	
1998/1999	Ana Lucia Goulart de Faria	
2000/2001	Eloísa Acires Candau Rocha	
2002/2003	Maria Carmen Silveira Barbosa	Maria Isabel Edelweiss Bujes
2004/2005	Maria Carmen Silveira Barbosa	Ordália Almeida
2006	Silvia Helena Vieira Cruz	Ligia Leão de Aquino e João Josué da Silva Filho
2007	Ligia Leão de Aquino	João Josué da Silva Filho e Silvia Helena Cruz
2008	Ana Lúcia Goulart de Faria	Maria Carmen Silveira Barbosa
2009/2012	Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento	Livia Maria Fraga Vieira

QUADRO 1 – Informações sobre os coordenadores e vice-coordenadores do GT7.

Fonte: Ligia Leão de Aquino

Segundo Kishimoto, no ano de 1982, Maria Malta Campos, primeira coordenadora do GT7, já questionava a incipiência da pesquisa no GT de EI e batalhou para a alteração dessa situação (CAMPOS et al., 2002).

Segundo Ligia Leão de Aquino em material elaborado para a comemoração de 30 anos da ANPED⁴, as pesquisas na década de 1980 “tinham como foco o desenvolvimento infantil na creche e pré-escola e a afirmação do direito das crianças à educação” (AQUINO, 2007). Como exemplo a autora cita a “‘Legislação e Criança’ tema da mesa redonda na 11ª Reunião Anual da ANPED em 1988” (AQUINO, 2007), e o “‘Seminário de Financiamento de Políticas Públicas para a criança de 0 a 6 anos’ organizado pelo GT, em cooperação com a Fundação Carlos Chagas (FCC)” (AQUINO, 2007).

No final da década de 1980 e início dos anos de 1990, houve certo fortalecimento da produção científica nos programas de pós-graduação. Essa intensificação coincide com a nova sistemática de apresentação escrita dos trabalhos e comunicações nas reuniões anuais da ANPED. A partir desse momento, os trabalhos da passaram a ser selecionados com base em um texto escrito. Para Rocha (1999, p. 88),

⁴ Esse material não está paginado, pois trata-se da apresentação de Ligia Leão de Aquino – Coordenadora do GT7 nesse período, para a 30ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Caxambu/MG, no período de 07 a 10 de outubro de 2007.

Já em 90, de acordo com o relatório do grupo, por exemplo, foram selecionados quatorze dos dezoito trabalhos inscritos. Entre os critérios expressos pelos coordenadores foram a relevância do tema, a consistência teórica, a discussão crítica, etc. Frequentemente os critérios de seleção, hoje sob responsabilidade de um comitê científico, têm sido objeto de discussão na ANPED e, desde 1995, as regras quanto à formatação também passaram a ser eliminatórias. Hoje, com a expressa limitação do número de trabalhos e pôsteres por GT, essa exclusão tende a se acentuar e pode por em risco a ampliação do debate, especialmente em áreas como a educação infantil, onde se busca ampliar as pesquisas e o espectro de abordagem.

Para fazer um balanço da trajetória do GT7, Maria Malta Campos, Sonia Kramer, Tizuko Morchida Kishimoto, Eloísa Acires Candal Rocha e Maria Isabel E. Bujes, ex-coordenadoras e participantes ativas do GT7, elaboraram um manuscrito intitulado “O GT Educação da criança de 0 a 6 anos: alguns depoimentos sobre a trajetória”. Nesse texto as autoras contribuíram com suas memórias sobre o grupo de trabalho Educação de Crianças de 0 a 6 anos. O manuscrito foi organizado por Maria Malta Campos, que adotou como estratégia:

[...] pedir a algumas das ex-coordenadoras que têm participado mais assiduamente da vida do GT para que fizessem os seus depoimentos, escolhendo o ângulo a partir do qual olhariam retrospectivamente o percurso do grupo de trabalho, desde a sua implantação em 1981 (CAMPOS et al., 2002, p. 1).

Maria Malta Campos, primeira coordenadora do GT7, lembrou sobre sua indicação à coordenação do GT por Glauro Miranda, presidente da ANPED no período de 1981: “ela achava importante que houvesse um grupo voltado para a ‘educação pré-escolar’, como era chamada, e solicitou que eu procurasse os pesquisadores interessados no tema e organizasse um GT” (CAMPOS, et al., 2002, p. 1-2).

De acordo com Campos, nesse período os trabalhos nos GTs eram mais informais do que na atualidade, visto que o número de programas de pós-graduação era menor e as reuniões apresentavam uma escala reduzida. “Era um campo de conhecimento e práticas ainda em construção, sendo que o GT documentava, analisava e propunha caminhos nesse processo” (CAMPOS, et al., 2002, p.2).

Na sequência, Sonia Kramer contribui esclarecendo que, no ano de 1980, quando participou pela primeira vez da ANPED, ainda como mestrandia da PUC-Rio: “[...] descobri um dos poucos espaços acadêmicos existentes então no Brasil, que buscava integrar pesquisadores preocupados e ocupados com os estudos das crianças pequenas” (CAMPOS, et al., 2002, p. 2). Lembra Kramer algumas características que vêm acompanhando o GT7, “[...] troca de conhecimento, afeto e **luta política**, ao lado da **busca de alternativas práticas** [...] **discussões**, os **questionamentos**, a oportunidade de apresentar trabalhos [...] têm

marcado nossas relações” (CAMPOS, et al., 2002, p. 2-3, grifos nosso). Finalizando, pontua Kramer que o GT7 vem desempenhando um importante papel no que se refere à pesquisa e às políticas para infância.

Eloísa Acires Candal Rocha também colaborou com o texto esclarecendo sobre o esforço do GT7 em apresentar “[...] **críticas** cada vez mais consistentes, articuladas e representativas dos diferentes segmentos envolvidos com a educação infantil no país”. (CAMPOS, et al., 2002, p.13, grifo nosso). Rocha esclarece que,

A passagem para a nova década destaca-se pelo **retorno ao debate das políticas governamentais**, especialmente pela **discussão** e apresentações de proposições para o *Plano Nacional de Educação* e para o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, que resultaram em algumas publicações. (CAMPOS, et al. 2002, p. 13, grifos nosso).

Segundo Aquino (2007) na década de 1990, estudos sobre políticas educacionais para a infância, associados ao compromisso social de seus pesquisadores, aproximou o GT7 de órgãos governamentais, como a Coordenação da Educação Infantil do Ministério da Educação. Outras conquistas do GT7 nesse período foram a Elaboração da Proposta para o Plano Nacional de Educação, incorporada ao texto final do Parecer Sobre a Proposta do MEC para o Plano Nacional de Educação, apresentando na XX Reunião Anual da ANPED (1997); O Parecer Institucional sobre o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998); O debate sobre o RCNEI que resultou em publicações como as de: Ana Lucia Goulart de Faria e Marina Palhares (Orgs) — Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios (1999); Ana Beatriz Cerisara — Referencial Curricular nacional para educação infantil no contexto das reformas publicado na revista Educação & Sociedade (2002).

Verifica-se pelas observações das autoras que os debates, as críticas e discussões foram uma constante no grupo. Esse também é o pensamento de Eloisa Acires Candal Rocha no texto “30 anos da Educação Infantil na ANPED: caminhos da pesquisa” [...] a dimensão da atuação política dos pesquisadores que tradicionalmente constituíram este GT foi sempre contínua (ROCHA, 2008, p. 55).

Na sequência desse texto nos propomos reconstituir e compreender o debate ocorrido na década de 1990, mais especificamente no ano de 1998, quando o GT7 teve presença relevante na controversa elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

GT7 e ação crítica dos intelectuais ao RCNEI

Em fevereiro de 1998 a Coordenação Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação disponibilizou a versão preliminar do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. A intenção do MEC era que esse documento servisse de base para o novo RCNEI. Cabe destacar que o RCNEI preliminar é o documento que antecede o RCNEI que temos hoje disponível.

Como forma de avaliação da qualidade desse novo documento, vários profissionais ligados a EI receberam uma cópia da versão preliminar e foram chamados a emitir pareceres, individual ou institucional, acerca dessa proposição do MEC. Mais precisamente, 700 pareceristas – entre profissionais de EI, administradores e pesquisadores – receberam a versão para emitir parecer. O tempo disponibilizado pelo MEC para análise da versão e entrega dos pareceres foi de apenas um mês. Sabendo do pouco tempo disponibilizado e da amplitude da tarefa que tinham em mãos,

[...] não só porque o RCNEI é um documento de mais ou menos 400 páginas, mas principalmente pela clara visão de que qualquer proposta de direcionamento único para os sistemas educacionais de todo país é tarefa polêmica e difícil – os pareceres foram sendo redigidos e socializados entre as pessoas (CERISARA, 2007, p. 21).

Preocupados com o rumo que tal documento traria à EI, um grupo de pesquisadores da área, pertencente ao GT Educação de Crianças de 0 a 6 anos da ANPED, começou a discutir o documento e as concepções nele defendidas. Segundo Faria e Palhares (2007, p. 2), a curta trajetória do direito conquistado pelas crianças “[...] impõe procedimentos criteriosos para a sua inclusão numa política integrada e coerente para a infância no Brasil, apontando para a superação de incongruências que políticas (e “não-políticas”) isoladas foram desenhando”.

Durante o período de discussões e reflexões sobre essa nova proposição, foi-se percebendo a necessidade de contribuir para que o documento fosse,

[...] representativo das concepções mais recentes na área e que viesse a significar um avanço e não um retrocesso para a qualidade do trabalho a ser realizado com meninos e meninas menores de 7 anos em creches e pré-escolas (CERISARA, 2007, p. 20-21).

Assim, no ano de 1998, a coordenadora do GT7 da ANPED Ana Lúcia Goulart de Faria, objetivando construir um parecer coletivo, que levasse em consideração as contribuições/observações de diversos pareceres sobre o RCNEI preliminar, solicitou àqueles

que pudessem contribuir com o parecer da ANPED que enviassem por meio de fax, e-mail ou carta suas observações sobre o RCNEI preliminar.

Para isso, a coordenadora do GT7 enviou uma carta a todos os membros do GT7, publicou uma cópia da mesma na Lista Infância⁵ e na página do antigo Núcleo de Estudos de Criança de 0 a 6 anos (NEE0a6),⁶ atualmente Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância (NUPEIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De posse do material, a ANPED organizou um parecer-síntese com as opiniões colhidas. Nesse parecer, a associação procurou destacar os principais aspectos que provocaram convergências e/ou divergências de posicionamentos e de preocupações entre os pareceristas.

As avaliações dos pareceres analisados acerca do novo documento foram diversas, “[...] muitos comentaristas sugeriram a retirada do documento, outros fizeram sugestões de modificações substanciais, o que levaria a um trabalho longo de reconstrução da proposta” (ANPED, 1998, p. 96). Foi decidido por uma reformulação não muito profunda, levando em consideração os aspectos prioritários, para que dessa forma o MEC fosse “[...] receptivo em relação às críticas e sugestões apresentadas” (ANPED, 1998, p. 96).

Esse parecer foi apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED em Caxambu, Minas Gerais, em setembro de 1998. Nessa mesma reunião, Ana Beatriz Cerisara apresentou o trabalho encomendado “A produção acadêmica na área da Educação Infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações.”⁷ Julgamos importante esclarecer que, no ano de 1998, Ana Beatriz Cerisara estava à frente da coordenação do Núcleo de Estudos de Criança de 0 a 6 anos (NEE0a6), atual Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância (NUPEIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), espaço que mantém relação direta com o GT7 da ANPED.

Para Cerisara (2007), durante o processo de elaboração do RCNEI foi possível perceber uma variedade de opiniões, que revelavam diferentes olhares sobre esta área tão recente e com diferenças regionais tão marcantes. Ainda com a autora,

⁵ Segundo Cerisara (2007) a Lista Infância é o e-mail de um grupo de trabalho. O endereço é infancia@meugrupo.com.br, porém, não conseguimos contato nesse e-mail.

⁶ O endereço fornecido por Cerisara (2007) é www.ufrgs.br/faced/gein. Esse endereço, no entanto, encontra-se inativo. A página do atual Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância pode ser acessada em: <http://www.ced.ufsc.br/nupein/>. Por sua vez, a página da revista eletrônica Zero-a-seis do Nupein pode ser acessada em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais>.

⁷ No CL de Ana Beatriz Cerisara o trabalho está com o seguinte título: “A produção acadêmica na área da Educação Infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações”, diferentemente do artigo de que dispomos, cujo título é: “A produção acadêmica na área da Educação Infantil com base na análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações”.

A grande preocupação dos pesquisadores desta área é com a própria criança de 0 a 6 anos que apenas em 1988 com a nova Constituição adquiriu pela primeira vez na história do Brasil o direito à educação em creches e pré-escolas. Dez anos depois, com a LDB, o PNE e estes referenciais, nossa preocupação continua a mesma, tentando superar obstáculos, sem ignorar os avanços já alcançados até o momento (CERISARA, 2007, p. 21).

Após a apresentação desse trabalho na XXI Reunião Anual da ANPED, onde os participantes da reunião evidenciaram uma possível omissão do MEC em relação aos trabalhos que vinham sendo construídos para a EI, os sócios integrantes da ANPED decidiram elaborar um livro/manifesto, cujo objetivo era registrar “[...] na história da infância e na história da educação brasileira este grave momento que as crianças pequenas estão atravessando” (FARIA; PALHARES, 2007, p. 3). Assim, no ano de 1999, o livro *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios*, financiado por três universidades públicas de nosso país (Faculdade de Educação da UNICAMP, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal de São Carlos) foi publicado.⁸

Fazem parte dessa coletânea: Maria Malta Campos, com o prefácio do livro, Ana Lúcia Goulart de Farias e Marina Silveira Palhares, com a apresentação, Ana Beatriz Cerisara, com o texto “A produção acadêmica na área da Educação Infantil com base na análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações”, Marina Silveira Palhares e Cláudia Maria Simões Martinez, com o artigo “A Educação Infantil: uma questão para o debate”, Moysés Kuhlmann Jr., com o trabalho “Educação Infantil e currículo”, Ana Lúcia Goulart de Farias, com o capítulo “O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da Educação Infantil”, Maria Evelynna Pompeu do Nascimento, com o texto Os profissionais da Educação Infantil e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Marina Silveira Palhares, com o posfácio “Educação Infantil: como ficam as crianças de 6 anos?”

Segundo Maria Malta Campos (2007), responsável pelo prefácio do livro, os artigos incluídos nesse livro ajudam a situar, contextualizar e abordar documentos e iniciativas oficiais e não oficiais, como também sobre o debate e mobilização vivido pela área da EI nos últimos anos. Ainda com a autora, o mérito da coletânea é “[...] construir algumas pontes entre especialistas que **militam** em distintas subáreas educacionais, assim como entre aqueles que atuam pressionados por diferentes constrangimentos de tempo e espaço” (n. p., grifo nosso).

⁸ A edição que trabalhamos nessa dissertação é a sexta edição, ano 2007.

A voz do GT7, que se ergueu para produzir uma linguagem de resistência é compreendida nessa pesquisa à luz do conceito de intelectual crítico de Michel Foucault e intelectual coletivo Pierre Bourdieu. Consideramos que esses conceitos mostram-se uma hipótese fecunda para analisar as ações desse grupo, que tem como preocupação lutar contra as formas de poder que emergem em nosso meio educacional e “[...] feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso” (FOUCAULT, 2003, p. 71).

Segundo Leclerc (2004), em nossa história são numerosos os intelectuais que não hesitaram em colocar seu pensamento a serviço de ideias contestatórias, tomando partido em causas públicas, colocando em dúvida a verdade oficial apresentada pelos poderes e pelas instituições. Em quase todos os casos, os intelectuais veem-se em conflito com o Estado, com a classe política ou a classe dominante (LECLERC, 2004). Suas armas são a produção de textos engajados, polêmicos, manifestos ou petições.

É esse intelectual que observamos no GT7 da ANPED. Essa assertiva pode ser evidenciada pela ação de Ana Lúcia Goulart de Faria e demais intelectuais ao enviarem uma carta a todos os membros do grupo Educação de Crianças de 0 a 6 anos, solicitando aos sócios integrantes da associação que contribuíssem com o parecer coletivo da ANPED sobre o RCNEI preliminar; ao publicarem uma cópia dessa mesma carta na Lista Infância e na página do Núcleo de Estudos de Criança de 0 a 6 anos (NEE0a6) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); ao encomendarem um trabalho a Ana Beatriz Cerisara sobre o RCNEI preliminar; ao tornarem público os trabalhos “A produção acadêmica na área da Educação Infantil com base na análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações” e o “Parecer da ANPED sobre o documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” na XXI Reunião Anual da ANPED e na *Revista brasileira de Educação* e por fim pela ação coletiva dos sócios integrantes da ANPED ao elaborarem um livro/manifesto *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios*, reafirmando a posição teórica e política do grupo sobre a controversa elaboração do RCNEI.

Segundo Didier Eribon (2004), uma das virtudes em elaborar uma análise a partir do conceito de intelectual crítico é compreender a opção dos agentes por “[...] no ser governado de tal maneira, ni en nombre de tales principios, ni em vista de tales objetivos, ni por medio de tales procedimientos [...]” (ERIBON, 2004, p. 10). Ou seja, “[...] no ser governado sin poder decir palabra alguna” (ERIBON, 2004, p. 10).

Michel Foucault e Pierre Bourdieu foram seminais na análise do intelectual crítico, embora com conceitos aparentemente diferentes, eles convergem quanto à necessidade viva

dessa figura em nossa sociedade. Segundo Bourdieu (2004, p. 255), estamos em uma situação na qual,

[...] necesitamos de Foucault: hemos de alistarlo en nuestro batallón y en nuestro combate, [...] Foucault trabajó mucho en definir el lugar y el papel del intelectual crítico y específico, el papel y el lugar que debía sostener en relación con el movimiento social, en el movimiento social. Los conceptos – decía – vienen de las luchas y deben retornar a las luchas (grifo nosso).

Foucault personificou uma tentativa “[...] ejemplar para sostener a la vez la autonomía del investigador y el compromiso en la acción política” (BOURDIEU, 2004, p. 255). Ainda com o autor, Foucault buscou uma maneira de militar que permitisse aos intelectuais não deixar suas competências e seus valores relegados a segunda ordem. Essa ação política “[...] en parte, me asocié” (BOURDIEU, 2004, p. 259). Bourdieu (2004, p. 258) buscava agrupar os “[...] ‘intelectuales específicos’ en el sentido de Foucault, en un *intelectual colectivo*, interdisciplinario e internacional, asociado al movimiento social más crítico de las componendas políticas” (grifo do autor). Esse intelectual coletivo tem duas funções,

[...] primero una negativa – es decir, defensiva –, que critica y trabaja hacia la difusión de herramientas para defenderse contra el discurso del poder dominante; y segundo, una positiva – es decir, constructiva – que contribuye a una reinención política percibida de manera colectiva y a la creación de las condiciones sociales necesarias para una producción colectiva de utopías realistas (OSLENDER, 2007, p. 352).

Para Bourdieu (1998), a luta dos intelectuais deve ser coletiva, pois, muitas vezes, a eficácia dos poderes que se exerce sobre eles resulta em grande parte do enfrentamento em ordem dispersa com que esses intentam. Os intelectuais só terão êxito se aceitarem trabalhar com criticidade, vigilância e coletividade, pois não existe verdadeira democracia sem verdadeiro contrapoder crítico, e o intelectual é um contrapoder de primeira grandeza.

O posicionamento crítico e coletivo do GT7 da ANPED, aproxima-se da atitude que almejava Bourdieu (1998, p. 18), conforme se pode inferir pelo trecho abaixo:

Desejo que todos os escritores, os artistas, os filósofos e os cientistas possam se fazer ouvir diretamente em todos os domínios da vida pública em que são competentes. Creio que todo o mundo teria muito a ganhar se a lógica da vida intelectual, da argumentação e da refutação, se estendesse à vida pública.

A arte da indocilidade refletida e da não servidão crítica que observamos no GT7 da ANPED é própria da condição de intelectual crítico que busca, por meio do campo científico,

interrogar o campo político nos seus efeitos de verdade e questionar essa verdade nos seus efeitos de poder. Podemos dizer que na atualidade, faz-se necessária essa figura em nossa sociedade, uma rede crítica de intelectuais específicos que se coloquem a serviço da sociedade e contra o poder dominante.

Referências

ANPED. Parecer da ANPED sobre o documento referencial curricular nacional para educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 89-96, jan./abr. 1998.

_____. História e histórias da pós-graduação em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 3-6, set./dez. 2005.

_____. **Estatuto social da associação nacional de pós - graduação e pesquisa em educação** - ANPED. Disponível em: <www.anped.org.br/docs/documentos/estatuto_atualizado.pdf>. Acesso em: 22 set. 2011.

AQUINO, L. L. de. **GT 07 Educação da Criança de 0 a 6 anos**. 2007. Acervo pessoal.

BRASIL, **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1961.

_____. **Parecer CFE nº 977/65, de 3 dezembro de 1965**. Define e regulamenta os cursos de pós-graduação no Brasil. Brasília: Congresso Nacional, 1965. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>>. Acesso: 22 set. 2011.

BIANCHETTI, L.; FÁVERO, O. Maria Julieta Costa Calazans: O papel do Iesae e da ANPED na pós-graduação em educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 151-161, set./dez. 2005.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: USP, 1998.

_____. La filosofía, la ciencia, el compromiso. In: ERIBON, Didier. **El infrecuente Michel Foucault: renovación del pensamiento crítico**. Buenos Aires: Letra Viva, 2004. p. 253-259.

CAMPOS, M. M. Prefácio. In: FARIA, A. L. G. de.; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação Infantil pós - LDB: rumos e desafios**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. et al. **O GT educação da criança de 0-6 anos: alguns depoimentos sobre a trajetória**. 2002. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/.../depoimentostrajetoriagt07.doc>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CARVALHO, J. C. B. de. Origens da ANPED: de instituída a instituinte. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 134-138, mai./ago. 2001.

CERISARA, A. B. O Referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 326-345, set. 2002.

_____. A produção acadêmica na área da educação infantil com base na análise de pareceres sobre o referencial curricular nacional da educação infantil: primeiras aproximações. In: FARIA, A. L. G. de.; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação Infantil pós - LDB: rumos e desafios**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 19-50.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE no 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 7-20, set./dez. 2005.

ERIBON, D. El arte de la insumisión. In: _____. **El infrecuente Michel Foucault: renovación del pensamiento crítico**. Buenos Aires: Letra Viva, 2004. p. 9-22.

FARIA, A. L. G. de.; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação Infantil pós - LDB: rumos e desafios**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

FÁVERO, M. de L. de A. GT Política de Educação Superior da ANPED: origem, desenvolvimento e produção. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 115-126, set./dez. 2002.

FERRARO, A. R. A ANPED, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 47-69, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

_____. **El yo minimalista y otras conservaciones**. 3. ed. Buenos Aires: La Marca, 2009.

_____. **Nacimiento de la biopolítica**: curso en el Collège de France. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

_____. **Seguridad, territorio, población**: curso en el Collège de France: 1977-1978. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

HENRIQUES, V. P. M. de M. **ANPED e a preocupação da autonomia**: em busca de reconhecimento e consagração. 1998. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. Tradução de Paulo Neves. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MOLETTA, A. K. **Intelectuais e educação infantil no Brasil (1994-1998)**. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

OSLENDER, U. La resurrección del intelectual público? Nuevos espacios de intervención pública y el intelectual colectivo. **Tabula Rasa**, Colombia, n. 7, p. 341-355, jul./dez. 2007.

RAMALHO, B. L. 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil: produção do conhecimento, poderes e práticas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006.

REVEL, J. **Diccionario Foucault**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil**: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. 1999. 262 f. Tese (Ciências Sociais Aplicadas à Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. As pesquisas sobre educação infantil no Brasil: a trajetória da ANPED (1990-1996). **Pro - Posições**. Campinas, v. 10, n. 1, mar.1999.

_____. 30 anos da Educação Infantil na ANPED: caminhos da pesquisa. **Revista eletrônica zero-a-seis**, Santa Catarina, n. 17, jan./jul. 2008.

_____. O intelectual no “campo” cultural francês: do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 395-413, jul. 2005.